

FS Infraestrutura S. A.

Demonstrações financeiras em 31 de março de 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
FS Infraestrutura S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FS Infraestrutura S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 18 de julho de 2022 (data de início das operações) a 31 de março de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 18 de julho de 2022 a 31 de março de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria,



inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 13 de junho de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-044415/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wagner dos Santos Junior', is written over a horizontal line.

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-T

FS Infraestrutura S.A.
Balço patrimonial em 31 de março de 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		2
Caixa restrito		271
Contas a receber de arrendamento	8	11.364
Ativos destinados para arrendamento	9	6.473
Impostos a recuperar	10	1.412
Adiantamentos a fornecedores	11	2.675
Total ativo circulante		22.197
Não circulante		
Contas a receber de arrendamento	8	87.215
Impostos a recuperar	10	7.379
Imobilizado		18.720
Total do ativo não circulante		113.314
Total do ativo		135.511

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

FS Infraestrutura S.A.
Balanço patrimonial em 31 de março de 2023
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/03/2023
Circulante		
Fornecedores	12	8.550
Empréstimos	13	2.841
Dividendos a pagar		999
Impostos e contribuições a recolher		10
Total passivo circulante		12.400
Não circulante		
Empréstimos	13	106.509
Passivo fiscal diferido	19	11.606
Total passivo não circulante		118.115
Total passivo		130.515
Patrimônio líquido	14	
Capital social		1.000
Reserva legal		250
Reserva de lucros		3.746
Total patrimônio líquido		4.996
Total do passivo e do patrimônio líquido		135.511

FS Infraestrutura S.A
Demonstração de resultados
Período de 18 de julho de 2022 a 31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto o resultado por ações em reais)

	Nota	31/03/2023
Receita operacional líquida	16	88.621
Custo do ativo arrendado	17	(79.004)
Lucro bruto		9.617
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais		(39)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		9.578
Receitas financeiras	18	4.064
Despesas financeiras	18	(6.074)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(2.010)
Resultado do exercício antes dos impostos		7.568
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(2.573)
Resultado do período		4.995
Resultado por ação ordinária - básico (em R\$)		5,00

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

FS Infraestrutura S. A
Demonstrações de resultados abrangentes
Período de 18 de julho de 2022 a 31 de março de 2023
(Em milhares de reais)

	31/03/2023
Resultado do exercício	4.995
Resultado abrangente total	4.995

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

FS Infraestrutura S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de 18 de julho de 2022 a 31 de março de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Lucros acumulados	Reserva legal	Reserva de lucros	Total
Saldo em 18 de julho de 2022		-	-	-	-	-
Aumento de capital	14	1.000	-	-	-	1.000
Resultado do exercício		-	4.995	-	-	4.995
Constituição de reserva legal	14	-	(250)	250	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	(999)	-	-	(999)
Constituição de reserva lucros		-	(3.746)	-	3.746	-
Saldo em 31 de março de 2022		1.000	-	250	3.746	4.996

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

FS Infraestrutura S.A.
Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto
Período de 18 de julho de 2022 a 31 de março de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>
<u>Atividades operacionais:</u>		
Resultado do exercício		4.995
<u>Ajuste para:</u>		
Imposto de renda e contribuição social diferido		2.573
Ajuste a valor presente		(925)
Rendimento de aplicações financeiras	18	(4.064)
Passivo fiscal diferido		9.033
Provisão de juros sobre empréstimos de terceiros	13	6.633
<u>Redução (aumento) dos ativos:</u>		<u>(28.043)</u>
Contas a receber de arrendamento	8	(16.577)
Impostos a recuperar	10	(8.791)
Adiantamentos a fornecedores	11	(2.675)
<u>Aumento (redução) dos passivos:</u>		<u>9.485</u>
Fornecedores	12	9.475
Impostos e contribuições a recolher		<u>10</u>
		<u>(313)</u>
Pagamento de juros (encargos de dívidas)		<u>(3.382)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de operacionais		<u>(3.695)</u>
<u>Atividades de investimento:</u>		
Aquisição de imobilizado		(18.720)
Aquisição de ativos para investimentos		(88.475)
Investimento em caixa restrito		3.793
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(103.402)</u>
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Ingressos de novos empréstimos	13	110.000
Custo de empréstimos (custos de transação e prêmios)	13	(3.901)
Aumento de capital		1.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		<u>107.099</u>
<u>(Redução) aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		<u>2</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		<u>-</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>2</u></u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras. *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A FS Infraestrutura S.A (“Companhia”), é uma sociedade anônima, constituída em 18 de julho de 2022. Está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355. 16º andar, Jardim Paulistano, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O objeto social da Companhia é a aquisição e/ou viabilização de construção de ativos de infraestrutura para posterior arrendamento. Também pode atuar em atividades de transporte ferroviário de carga, transporte dutoviário, carga e descarga, em terminais rodoviários e ferroviários, arrendamento de aeronaves e serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

A Companhia foi constituída como uma sociedade empresária limitada e, em agosto de 2022, foi aprovado a sua transformação para sociedade por ações de capital fechado.

Aquisição de vagões

Em outubro de 2022, a Companhia captou empréstimos de terceiros (nota nº 13) e realizou um contrato de aquisição de 80 vagões ferroviários no montante de R\$108.060, sendo R\$94.146 já realizado. Desse montante, R\$88.475 foram pagos em caixa. Cada vagão possui peso bruto máximo sobre os trilhos de 125.000kg, capacidade volumétrica de 105m³ e foram entregues entre janeiro e abril de 2023.

Tais vagões, foram locados para a afiliada FS Industria de Biocombustíveis Ltda (“FS Ltda”) e serão utilizados por ela para o transporte de sua produção de etanol para o centro consumidor do Estado de São Paulo, reduzindo custos logísticos e melhorando a eficiência operacional. A transação foi considerada como um arrendamento financeiro, pois (i) há um ativo identificado, (ii) a Companhia, arrendadora, transferiu substancialmente os riscos e benefícios e (iii) o contrato possui opção de compra vantajosa para o arrendatário. Nesse sentido, reconheceu uma receita relacionada ao valor justo do ativo em contrapartida ao contas a receber, no montante de R\$88.621 e desreconheceu o ativo ao valor contábil em contrapartida ao resultado, no montante de R\$79.004.

2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 18 de julho de 2022. Dessa forma, os valores apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de março de 2023, correspondem a um período de 18 de julho de 2022 a 31 de março de 2023, não havendo comparabilidade com o exercício anterior.

A emissão das demonstrações financeiras consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 13 de junho de 2023.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma;

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) ***Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício financeiro que termina em 31 de março de 2023 estão incluídas nas notas a seguir:

Nota explicativa 8 - ajuste a valor presente de contas a receber de arrendamento;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 15.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, (IASB), com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente no exercício apresentado nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Receita operacional

Receita de contrato com cliente

Receita de Arrendamento

A Companhia está no ramo de aquisição e/ou viabilização de construção de ativos de infraestrutura para posterior arrendamento. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

As receitas de arrendamento reconhecidas, incluindo a atualização monetária, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas em sua totalidade e reconhecimento da atualização monetárias são realizados de acordo com a evolução no contrato de arrendamento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Rendimentos sobre aplicações financeiras;
- Juros ativos e passivos;
- Amortização ajuste ao valor presente;
- Tarifas bancárias;

As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- o valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- o custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que representa problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base no plano de negócio da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O PIS e a COFINS diferidos ativos ou passivos são reconhecidos no circulante e não circulante conforme projeção de realização da receita, os quais são decorrentes da diferença entre o reconhecimento pelo critério societário, e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento.

d. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e outros recebíveis e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento de dívida (VJORA); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento patrimonial (VOJRA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No

reconhecimento inicial, a Companhia e podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia e consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. Caixa equivalentes de caixa

Na demonstração do fluxo de caixa, o caixa e equivalentes de caixa têm vencimento imediato (limite máximo de 90 dias) e fazem parte integrante da gestão operacional de caixa da Companhia, exceto pelo saldo mantido na rubrica de aplicações financeiras.

f. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como uma redução do patrimônio líquido.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 20% do lucro líquido ajustado nos termos da lei para o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

g. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

7 Novas normas e interpretações

7.1 Ainda não efetivas

Não é esperado que as novas e revisadas normas e interpretações relacionadas abaixo tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar essas novas e revisadas normas e interpretações, se aplicáveis, quando elas forem exigíveis. As novas normas e interpretações emitidas, relacionadas abaixo, estão previstas para entrar em vigor após 1º abril de 2023.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações CPC 32/IAS 12)
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alteração CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativa Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7.2 Efetivas

Abaixo as normas que entraram em vigor em 1 de abril de 2023, mas não impactaram a Companhia:

- Contrato Oneroso – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3);

8 Contas a receber de arrendamento

A Companhia possui 1 contrato de arrendamento, realizado com a FS Industria de Biocombustíveis Ltda (“FS Ltda”), vide nota explicativa nº 1, com vigência de 10 anos. Esse contrato tem taxa de desconto de 11,96 % a.a. De acordo com os termos dos contratos de arrendamento, as obrigações relacionadas estão vinculadas ao IPCA.

Circulante	
	31/03/2023
Arrendamento	11.364
Subtotal	11.364
Não Circulante	
Arrendamento	87.215
Subtotal	87.215
Total	98.579

9 Ativos destinados para arrendamento

Trata-se de uma parcela sobre a aquisição de vagões ferroviários, aguardando condições específicas, previstas para ocorrerem no segundo trimestre de 2023. Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia realizou um contrato de locação com a FS Industria de Biocombustíveis Ltda (“FS Ltda.”), considerado como um arrendamento financeiro. Dessa forma, após a regularização, este montante seguirá com o mesmo tratamento dado à aquisição total dos vagões ferroviários. Em 31 de março de 2023 o valor de R\$ 6.473.

10 Impostos a recuperar

	<u>31/03/2023</u>
Pis e Confins	8.708
IRRF	83
Total	<u>8.791</u>
Circulante	1.412
Não circulante	7.379

11 Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores são relacionados ao adiamento de contrato realizado com partes relacionadas para FS Ltda., onde estão atrelados ao adiantamento para compra de vagões realizado para a FS Ltda. e posteriormente transferido o direito do adiantamento a Companhia. Em 31 de março de 2023 o saldo é de R\$2.675.

12 Fornecedores

	Nota	<u>31/03/2023</u>
Fornecedores com partes relacionadas	20	8.512
Fornecedores diversos		38
Total		<u>8.550</u>
Circulante		8.550
Não circulante		-

13 Empréstimos

	<u>31/03/2023</u>
Empréstimos de terceiros - Para investimento	113.251
Total Empréstimos	113.251
(-) Custo de transação	(3.901)
Total	<u>109.350</u>
Circulante	2.841
Não circulante	106.509

Em outubro de 2022, foi concluída a captação de R\$ 110.000 por meio da emissão de Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (“CDCA”), que servirão como lastro para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”) a ser objeto de oferta pública por Securitizadora, com vencimento em 10 anos, por meio de instrução CVM 476 com custo de IPCA+ 7,65% a.a.

Os empréstimos possuem taxa de juros de CDI + 2,22% a.a. em 31 de março de 2023.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa 15.

a. Reconciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento.

Saldo em 18 de julho de 2022	
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Empréstimos captados de terceiros	110.000
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	110.000
Outras variações	
Provisão de juros	6.633
Pagamento de juros	(3.382)
Custo de transação	(3.901)
Total de outras variações	(650)
Saldo em 31 de março de 2023	109.350

b. Termos e cronograma de amortização da dívida

Como consequência dessas captações, foram concedidas as seguintes garantias:

- Cessão fiduciária dos direitos creditórios da sublocação e contratos de prestação de serviço;
- Alienação fiduciária dos vagões e
- Aval da FS Indústria de Biocombustíveis Ltda e FS I Industria de Etanol S.A.

Os empréstimos possuem os seguintes vencimentos:

31 de março de 2023	Valor	Até	1 a 2	2 a 3	3 a 4	Acima de 4
	contábil	12 meses	anos	anos	anos	anos
Empréstimos para capital de giro	113.251	3.251	6.804	13.608	13.608	75.980
Custo de transação	(3.901)	(410)	(409)	(409)	(409)	(2.264)
	109.350	2.841	6.395	13.199	13.199	73.716

O Covenants financeiro está atrelado à capacidade de endividamento líquido, através da relação dívida líquida/EBITDA, não superior a 3,0x, cuja verificação é feita pelas demonstrações financeiras combinadas das Companhias sob controle comum FS Ltda e FS S/A, trimestralmente.

A Companhia possui um caixa restrito relacionado a garantias de financiamento, no montante de R\$271.

14 Patrimônio líquido

Capital

Em 31 de março de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.000, dividido em R\$1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia é controlada pela SBR FIP, SUMMIT Brazil.

			31/03/2023
Acionistas	Tipo	% de participação	Capital subscrito e integralizado
SBR FIP	Ordinária	71%	705
Outros	Ordinária	29%	295
Total		100%	1.000

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 20% do lucro, a serem pagos aos acionistas. Quando devidos, os dividendos a pagar são reclassificados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

d. Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital.

15 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

		Valor Justo
31 de março 2023	Nota	Custo amortizado
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa		2
Caixa restrito		271
Contas a receber de arrendamento	8	98.579
Total		98.852
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		
Fornecedores	12	8.550
Empréstimos (*)	13	113.251
Total		121.801

(*) O montante apresentado não contempla o custo de transação.

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas utilizados para estimar o valor justo estão descritos a seguir.

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, outros ativos financeiros, contas a pagar de curto prazo se aproximam de seu valor contábil devido ao seu vencimento no curto prazo. O valor justo de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo do contas a receber refere-se à operação de arrendamento, detalhado na nota explicativa nº 1.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproximam em sua maioria dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxa de juros observáveis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar os valores justos dos instrumentos financeiros de acordo com a técnica de avaliação utilizada:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas para o exercício findo 31 de março de 2023.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros, representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito na data deste relatório é de:

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa		2
Caixa restrito		271
Contas a receber de arrendamento	8	98.579
Total		98.852

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

Contas a receber

O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Companhia não receber valores das operações de vendas. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação financeira e patrimonial dos seus clientes.

Risco de liquidez

O departamento financeiro monitor continuamente as necessidades de liquidez da Companhia para garantir que haja caixa suficiente para cumprir suas obrigações de curto prazo.

O excesso de caixa é aplicado no curto prazo em títulos privados, certificados de depósito bancário (“CDBs”) e operações compromissadas, indexadas à variação do CDI, com alta liquidez.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	31/03/2023
Fornecedores	12	8.550
Empréstimos (*)	13	113.251
Total		121.801

(*) O montante apresentado não contempla os custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 4 anos
31 de março de 2023							
Empréstimos (*)	113.251	168.728	8.537	12.216	16.084	17.003	114.888
Fornecedores	8.550	8.550	8.550	-	-	-	-
Total	121.801	177.278	17.087	12.216	16.084	17.003	114.888

(*) O montante apresentado não contempla os custos de transação.

Risco de mercado

A Administração monitora as taxas de juros com o objetivo de mitigar riscos que impactem negativamente os resultados da Companhia.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a variação na taxa de juros em suas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos indexados ao CDI e IPCA.

Na data-base destas demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia é:

	Nota	31/03/2023
Ativos e passivos financeiros		
Caixa restrito		271
Empréstimos	13	(113.251)
Total		(112.980)

Análise de sensibilidade - risco de taxa de juros em ativos e passivos financeiros

Com base na taxa do CDI e IPCA e em vigor em 31 de março de 2023, foi definido um cenário provável (nível 1) para calcular o resultado de juros para um exercício de 3 meses, assumindo que todas as outras variáveis são mantidas constantes e, com base nisso, variações de 25% (nível 2) e 50% (nível 3) são calculados, conforme detalhado no quadro abaixo:

Instrumentos	Cenário provável		Valorização (R\$)			Desvalorização (R\$)		
	Exposição em 31/03/2023		Risco	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	(Nível 2)	(Nível 3)
			%	Valor	25%	50%	25%	50%
Ativos e passivos financeiros								
Caixa restrito	271	CDI	13,65	308	9	18	9	18
Empréstimos	113.251	CDI	13,65	118.517	114.568	115.884	111.934	110.618
Total	112.980			118.209	114.559	115.866	111.943	110.636
Impacto no resultado e patrimônio líquido					232.768	230.425	3.923	222.579

Fonte: a informação IPCA e CDI foi extraída da base da CETIP, na data-base do último dia útil de março de 2023.

16 Receita operacional líquida

	<u>31/03/2023</u>
Mercado interno	
Receita com arrendamento	97.654
Receita operacional bruta	<u>97.654</u>
Deduções	
Impostos sobre vendas	(9.033)
Total das deduções	<u>(9.033)</u>
Receita operacional líquida	<u>88.621</u>

17 Custos do ativo arrendado

Os custos do ativo arrendado no exercício são alocados de acordo com a transferência do bem ao arrendatário pelo valor de custo da aquisição do bem:

	<u>31/03/2023</u>
Custo na baixa de alienação de bens e direitos	(79.004)
Total	<u>(79.004)</u>

18 Receitas e (despesas) financeiras líquidas

	<u>31/03/2023</u>
Receitas financeiras	
Rendimento sobre aplicação financeira	4.064
	<u>4.064</u>
Despesas financeiras	
Juros passivos sobre empréstimos com terceiros	(6.633)
Ajuste a valor presente	925
Tarifa bancos	(349)
Outros RF	(17)
	<u>(6.074)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	<u>(2.010)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferido

	Ativo	Passivo	Patrimônio	Resultado
	31/03/2023	31/03/2023	31/03/2023	31/03/2023
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Arrendamento Financeiro	29.932	(33.516)	-	(3.584)
Base negativa/prejuízo fiscal	1.011	-	-	1.011
	30.943	(33.516)	-	(2.573)
Pis e Cofins diferidos				
Arrendamento Financeiro	-	(9.033)	-	(9.033)
	-	(9.033)	-	(9.033)
Compensação (*)	(30.943)	30.943	-	-
Total	-	(11.606)	-	(11.606)

b) Reconciliação da taxa efetiva

	31/03/2023
Reconciliação da taxa efetiva	
Resultado do exercício antes dos impostos	7.568
Alíquota nominal	34,0%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(2.573)
Imposto de renda e contribuição social	(2.573)
Reconciliação com os valores apresentados do resultado do exercício	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.573
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	2.573
Alíquota efetiva	-34,0%

20 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de março de 2023, não foram auferidos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, assistência médica, moradia, entre outros).

b. Saldos de transações com partes relacionadas

A Companhia mantém saldos com partes relacionadas referentes a adiantamentos para aquisição de ativos e arrendamentos realizados com a FS Ltda.

	Nota	31/03/2023
Contas a receber de arrendamento		
Coligada	8	98.579
Total		98.579
Adiantamento a fornecedores	11	
Coligada		2.675
Total		2.675
Fornecedores	12	
Coligada		8.512
Total		8.512

c. Transações de vendas com partes relacionadas

As compras de produtos e serviços de partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

<u>Natureza do relacionamento</u>	<u>Nota</u>	<u>Receita</u>	<u>Produtos ou serviços</u>
Outras partes relacionadas (a)	16	97.654	Receita de arrendamento financeiro

- (a) Com o objetivo proporcionar melhoria da eficiência operacional para transportar etanol para o centro consumidor do Estado de São Paulo, a Companhia firmou contrato de arrendamento com a FS Industria de Etanol Ltda. arrendando o total de 66 vagões em um contrato de 10 anos.

21 Demonstração de fluxo de caixa

Durante o período de 18 de julho de 2022 a 31 de março de 2023 foram adquiridos vagões para os quais já foram realizados os pagamentos, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2023</u>
Imobilizado (compra de vagões)		94.146
Fornecedores		(5.671)
		<u>88.475</u>

22 Evento subsequente

Em 17 de maio de 2023, foi realizado o terceiro aditamento ao Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) para emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), para formalizar a ocorrência do evento de step-up. O step-up é um termo definido em cláusula do CDCA que prevê o aumento da taxa de juros pactuada inicialmente, se a Companhia e/ou suas afiliadas (FS Ltda., FS Etanol S.A. e FS Florestal) emitissem dívida ou divulgassem oferta de dívida com remuneração superior a essa pactuada no CDCA, até o dia 07 de abril de 2023.

Com a divulgação da oferta pública da 243ª (ducentésima quadragésima terceira) emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora, lastreados em créditos devidos pela FS Ltda. e que possuem remuneração, nos títulos de segunda série, de IPCA + 8,96% a.a., o evento de step-up foi acionado. Dessa forma, o aditamento aprovou o aumento na taxa de juros do CDCA a partir de 9 de maio de 2023, elevando-a de IPCA + 7,65% a.a. para IPCA + 8,96% a.a.
